

BRASIL Quanto mais periférica a população, mais jovens grávidas, condição que agrava a pobreza e eleva gestações antecipadas

20% das mães são adolescentes

SÃO PAULO

Aos 17 anos, Sandra Maria da Silva, 40, dava à luz seu primeiro menino. Hoje, sua filha Teresa Raquel repete sua trajetória e, também aos 17, acaba de ter uma menina. A história de Sandra e Teresa não é rara num país onde um a cada cinco bebês nascidos por ano é filho de uma adolescente - 431 mil em 2016, de acordo com levantamento preliminar do Datatus.

E essa proporção custa a cair. Nos últimos dez anos, a taxa de nascidos vivos de jovens menores de 20 anos no Brasil se manteve em patamar elevado - de 21,1% do total, em 2007, para 21,2%, em 2016.

Nos EUA essa taxa diminuiu 44% entre 2007 e 2015 (último dado disponível) - os bebês de mães adolescentes são perto de 6% do total. No Brasil, Norte e Nordeste têm os maiores índices - quase um terço de gestações precoces. Em São Paulo, embora as taxas sejam mais baixas (15,1% no Estado e 12,5% na cidade), a queda é lenta.

Especialistas apontam um ciclo: quanto mais periférica e vulnerável a população, mais mães jovens, condição que agrava a pobreza e gera mais gestações antecipadas. A evasão escolar entre elas é alta, e a inserção no mercado de trabalho é baixa. Estudo do Ipea (instituto federal) apontou que 76% das brasileiras de 10 a 17 anos que têm filhos não estudam - e 58% não estudam nem trabalham.

Camila Dourado, 18, terminou o ensino médio em 2015 e carrega no colo seu segundo fi-

lho - o primeiro nasceu quando ela tinha 15 anos. 'You cuidar dele até ele fazer um ano. Depois não sei.'

Outro elemento que estimula a gravidez precoce é a volatilidade da adolescência. São maiores as chances de a menina esquecer de tomar a pílula, deixar de usá-la quando termina o namoro ou de não contar à família que tem relações sexuais. 'A jovem tem um pensamento de que nada vai acontecer com ela. A vizinha engravida, mas ela não', afirma a obstetra Cristina Guazzelli, da Unifesp.

De acordo com o neonatologista Sérgio Marba, da **Unicamp**, esses bebês também têm maior risco de prematuridade, baixo peso, mortalidade e complicações como má formação. 'É uma mãe que não faz pré-natal direito, tem condição socioeconômica mais complicada e muitas vezes esconde a gravidez.'

Segundo médicos, os chamados métodos contraceptivos de longa duração têm se mostrado uma opção eficaz para evitar o problema. Foi um dos recursos que ajudou os EUA a reduzir suas taxas.

Entre eles estão o DIU de cobre e o DIU hormonal (dispositivos inseridos por médicos dentro do útero que duram de cinco a dez anos) e o implante - um bastão de 4 cm que é colocado abaixo da pele, no braço, e dura três anos.

Desde 2013, a Maternidade Vila Nova Cachoeirinha (zona norte) mantém um programa para orientar mães que dão à luz a escolher um dos métodos - que é implantado dias depois do parto.



DESTINO 76% das adolescentes que têm filhos não estudam

Teresa Raquel é uma delas - diferentemente de sua mãe, que teve sete filhos e depois fez laqueadura (esterilização definitiva). 'Coloquei o implante porque fiquei com medo, não quero ter outro filho.'

'A gente tem 600 partos por mês, e 40% delas voltam [para ter outro bebê]', diz o obstetra Geraldo de Nadai, coordenador do programa.

A inserção pós-parto, porém, não evita a primeira gravidez. Para isso, seriam necessários programas maiores. 'O investimento tem melhorado, mas não há uma política pública ampla', afirma Nadai.

No ano passado, a Prefeitura de São Paulo distribuiu mil implantes a seis maternidades e a UBSs (Unidades Básicas de Saúde). Já o Ministério da Saú-

de, que oferece apenas o DIU de cobre entre os métodos de longa duração, diz ter adquirido 1,4 milhão de unidades entre 2011 e 2015.

Uma coisa é unanimidade entre os médicos: 'O fator primordial é educação. É preciso fazer essas jovens entenderem que têm mais opções de vida e são úteis para a sociedade', diz Cristina Guazzelli.

O Ministério da Saúde afirma investir em educação e planejamento reprodutivo. A pasta cita a distribuição, entre 2011 e 2015, de 2,4 bilhões de preservativos, além do investimento na compra de 78 milhões cartelas de pílulas e a distribuição de 32 milhões de cadernetas de saúde de adolescentes entre os anos de 2009 e 2015.